



Mellon Serviços Financeiros



PROSPECTO DEFINITIVO
DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS DO "GOIÁS I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS"

NO MONTANTE DE ATÉ

R\$ 6.000.000,00

Data: 29/09/2006

Classificação do FUNDO junto à Comissão de Valores
Mobiliários ("CVM")

Classificação do FUNDO junto à Associação Nacional dos
Bancos de Investimento ("ANBID")

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Classificação de Risco – B (bra) (Quotas Sênior)

Oferta de Quotas foi deliberada pela Administradora do Fundo em 16 de março de 2006.

A distribuição das Quotas Sênior foi registrada na CVM sob o nº [*].

Emissão de, no mínimo, 1 (uma) e, no máximo, 6 (seis) Quotas Sênior do "GOIÁS I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS" ("Fundo"), com valor inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada quota, perfazendo o total inicial de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), e, Quotas Subordinadas em montante inicial de até R\$ 6.400.000,00, correspondendo a no mínimo 39,75% (trinta e nove vírgula setenta e cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, com valor inicial de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para cada quota, sendo somente as Quotas Seniores destinadas à distribuição pública. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Quotas estão dispostos no regulamento do Fundo ("Regulamento"), que integra este prospecto como o Anexo II.

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Administradora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61 (a "Administradora").

Códigos ISIN: [COMPLETAR] (Quotas Sênior).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 20 A 29

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos no Regulamento podem adquirir Quotas do Fundo.



Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Quotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Instituição Intermediária	Administradora / Gestora	Custodiante	Estruturador	Agência Classificadora de Risco	Auditoria	Assessoria Legal
 Mellon Serviços Financeiros	 Mellon Serviços Financeiros					MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS

A data deste Prospecto Definitivo é 29 de setembro de 2006.

AVISOS - ANBID

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Quotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da Administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

ÍNDICE

Identificação da Administradora, da Instituição Intermediária, do Gestor, de Consultores e Auditores	6
Procedimento de Distribuição	7
Características Gerais do Fundo	9
Objeto	9
Público Alvo	9
Forma de Constituição	10
Prazo de Duração	11
Amortização	11
Negociação Secundária	13
Objetivo de Investimento	13
Política de Investimento	13
Ordem de Aplicação de Recursos	16
Direitos Creditórios	17
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	17
Características dos Direitos Creditórios	18
Política de Concessão de Parcelamento aos Contribuintes pelo Estado de Goiás	19
Recebimento dos Recursos Relativos aos Direitos Creditórios pelo Fundo e Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos pelo Agente de Cobrança	20

Fatores de Risco	20
Limitação de Disponibilidades para Amortização e Resgate	21
Possibilidade de Atraso no Pagamento das Amortizações Programadas	21
Risco de Liquidez no Mercado Secundário para as Quotas	22
Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo	22
Da Interrupção dos Serviços de Cobrança pelo Cedente	23
Riscos Operacionais na Cobrança dos Direitos Creditórios	23
Riscos Legais Relativos aos Direitos Creditórios	23
Ausência de Notificação dos Contribuintes	24
Fatores Macroeconômicos Relevantes	24
Da Inexistência de Rendimento Predeterminado	24
Descasamentos de Ativos e Passivos e de Fluxo de Caixa do Fundo	25
Desproporcionalidade no Exercício do Direito de Voto e Capital Investido	25
Riscos Operacionais	26
Risco de Crédito	26
Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão dos Direitos Creditórios	26
Impossibilidade de Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios pelo Fundo	27
Cobrança Judicial dos Outros Ativos	27
Condições Resolutivas da Cessão	27
Risco de Liquidez	28
Risco de Mercado	29
Restrição de cessão ao Fundo	29
Risco de Inadimplência do Originador	29
Risco de Cancelamento	30
Gerenciamento de Riscos	31
Quotas do Fundo	31
Características Gerais	31
Emissão de Quotas	36
Classe de Quotas	38
Razão de Garantia entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Quotas Sênior	39
Amortização das Quotas	40
Reserva de Pagamento	42
Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Quotistas	44
Regras de Movimentação	44

Taxas	45
Prestadores de Serviços	46
Administradora	46
Custodiante e Escriturador de Quotas	57
Instituição Intermediária	61
Auditor	61
Agência Classificadora de Risco	62
Cedente de Direitos Creditórios	62
Sumário dos Contratos Relevantes	66
Contrato de Custódia	66
Contrato de Cessão	71
Convênio de Cobrança	75
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Quotas de cada Classe	76
Assembléia Geral	77
Liquidação do Fundo	81
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	81
Procedimentos de Dação em Pagamento	84
Informações Complementares	86
Despesas e Encargos do Fundo	86
Publicidade e Remessa de Documentos	87
Base Legal relativa aos FIDCs	89
Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas	89
Atendimento ao Cotista	91
Anexos	
Anexo I – Definições	92
Anexo II – Regulamento do Fundo	104
Anexo III – Informações sobre a Classificação de Risco do Fundo	105
Anexo IV – Minuta do Contrato de Cessão de Créditos	106
Anexo V – Procedimentos de Cobrança	107
Anexo VI – Instrumento Particular de Constituição do Fundo	108
Anexo VII – Relatório de Classificação de Risco do Fundo	109

IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA, DE CONSULTORES E AUDITORES

Administradora

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3974-4500
Fax: (21) 3974-4501

Instituição Intermediária

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3974-4500
Fax: (21) 3974-4501

Consultores Legais

Motta, Fernandes Rocha Advogados
Alameda Santos, 2.335 – 10º e 11º andares
São Paulo – SP
Telefone: (11) 3082-9398
Fax: (11) 3082-3272

Auditores Contratados

KPMG Auditores Independentes
Av Almirante Barroso, nº 52, 4º andar
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3231-9400
Fax.: (21) 2544-1338

A Administradora e a Instituição Intermediária atestam a veracidade das informações contidas neste Prospecto e declaram que em sua elaboração foram observadas todas as normas pertinentes. Declaram, ainda, que o presente Prospecto contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das Quotas ofertadas e do Fundo, incluindo suas atividades e os riscos a elas inerentes, além de outras informações relevantes.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Início e Encerramento da Distribuição

A totalidade das Quotas Sênior será colocada publicamente pela Instituição Intermediária, sob o regime de melhores esforços, de modo que a Instituição Intermediária não estará obrigada, por qualquer forma, a subscrevê-las.

A colocação e subscrição das Quotas Sênior e Subordinadas somente terá início após: (i) o registro do Fundo e da distribuição de suas Quotas na CVM; e (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição relativo ao Fundo. O início da distribuição das Quotas está previsto para [•] de 2006.

A distribuição das Quotas será encerrada em até 120 (cento e vinte) dias a contar do registro concedido pela CVM, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo.

Frise-se que a Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Estado de Goiás ("Cedente") em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Estado de Goiás, aos Créditos e aos procedimentos de cobrança de tais Créditos.

Ademais, os custos envolvidos na distribuição pública das Quotas Sênior são os seguintes:

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Quotas Sênior:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissão de Colocação	0	0
Comissão de Coordenação	0	0
Outras Comissões	0	0
Custo Unitário de Distribuição	0	0
Despesas de registro	104.386,08	1,74%
Outros Custos (consultoria legal)	20.000,00	0,33%
Total	124.386,08	2,07%

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Desde que devidamente autorizado pela Instituição Intermediária, o Fundo poderá solicitar à CVM que permita a modificação ou a revogação da oferta das Quotas, na hipótese de se verificar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta. Será sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da oferta estabelecida pelo Fundo.

A revogação da oferta torna ineficazes, além da própria oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores, sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante.

Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco)

dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede do Fundo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Quotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante

Eventual modificação da oferta das Quotas do Fundo será imediatamente divulgada ao público por meios ao menos iguais aos utilizados para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição. Na hipótese de modificação da oferta, a Instituição Intermediária se acautelará e se certificará, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o investidor está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da oferta.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos dos Acordos de Parcelamento celebrados, expressa ou tacitamente, entre os Contribuintes e o Cedente, nos termos das Leis Estaduais, bem como de suas respectivas alterações, tendo por objeto a confissão e o reconhecimento da obrigação do Contribuinte, de pagar ao Cedente, débito relativo ao ICMS, cuja cobrança será efetuada através da emissão periódica de boletos de cobrança emitidos pelo Cedente.

Público Alvo

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Quotas do Fundo. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Qualificados aqueles definidos na regulamentação pertinente (atualmente o artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM) como investidores qualificados, quais sejam:

- (i) instituições financeiras;
- (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Qualificados os fundos de investimento em Quotas classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", conforme previsto no artigo 91, inciso II, da Instrução CVM nº 409/04.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Quotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Quotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O prazo de vigência regular do Fundo será de até 14 (quatorze) meses, contados a partir da data do deferimento do pedido de registro de funcionamento do Fundo, concedido pela CVM, ou até 120 (cento e vinte) dias contados da data de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, prevalecendo o que ocorrer antes ("Prazo de Vigência"). O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento, quando deverão ser observados, pela Administradora, os procedimentos definidos nos Capítulos Dezoito e/ou Vinte do Regulamento, conforme o caso.

Amortizações

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, em cada uma das datas estabelecidas na tabela abaixo ("Data de Amortização"), a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior ("Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 10 de outubro de 2007, quando o Fundo deverá ter promovido a amortização integral de 100% (cem por cento) de cada Quota Sênior em Circulação pelo seu valor devidamente atualizado, de acordo com a expressão abaixo:

$$VAP_n = VQSn_t \times PA_n$$

onde:

VAP_n valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização n.

$VQSn_t$ valor unitário de cada Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior a Data de Amortização n, para efeito de cálculo de seu valor de amortização.

PA_n percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a tabela abaixo:

Datas de Amortização	PA	N
11 de dezembro de 2006	9,09%	1
10 de janeiro de 2007	9,09%	2
12 de fevereiro de 2007	9,09%	3
12 de março de 2007	9,09%	4
10 de abril de 2007	9,09%	5
11 de maio de 2007	9,09%	6
11 de junho de 2007	9,09%	7
10 de julho de 2007	9,09%	8
10 de agosto de 2007	9,09%	9
10 de setembro de 2007	9,09%	10
10 de outubro de 2007	9,09%	11

A partir do 10º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, deverá:

- (i) resgatar e/ou alienar os Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, adotando as medidas de prudência necessárias para que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade; e
- (ii) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento, todas as disponibilidades depositadas nas Contas de Depósito deverão ser única e exclusivamente transferidas para a Conta de Amortização e Resgate.

O Fundo não poderá promover nenhuma amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, enquanto existirem Quotas Sêniores em circulação. A 1ª Data de Amortização de Quotas Subordinadas deverá ocorrer em 10 de novembro de 2007.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Prospecto.

Negociação Secundária

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Mercado de Balcão Organizado administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – SOMA e/ou no Sistema de Negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos dos Acordos de Parcelamento celebrados, expressa ou tacitamente, entre os Contribuintes e o Cedente, nos termos das Leis Estaduais, bem como de suas respectivas alterações, tendo por objeto a confissão e o reconhecimento da obrigação do Contribuinte, de pagar ao Cedente, débito relativo ao ICMS, cuja cobrança será efetuada através da emissão periódica de boletos de cobrança emitidos pelo Cedente.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Observado o disposto no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Em até 90 (noventa) dias contados do deferimento do pedido de registro do Fundo pela CVM, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverão estar alocados em Direitos Creditórios Elegíveis. O Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios e destinado precipuamente ao pagamento das Amortizações Programadas, das despesas do Fundo e do Montante Mínimo, em outros ativos

(os “Outros Ativos”), compostos por: (a) moeda corrente nacional, (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, e (c) certificados e recibos de depósito bancário de emissão de quaisquer das Instituições Autorizadas, que tenham classificação de risco, emitida pela agência classificadora contratada pelo Fundo, equivalente ou superior à da classificação das quotas sênior do Fundo. É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável.

A aplicação em Direitos Creditórios deverá respeitar os limites máximos de concentração acordados com a agência classificadora de riscos contratada pelo Fundo.

A cessão de Diretos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios e tampouco pela solvência dos Contribuintes. O Cedente é apenas responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

É facultada a realização de cessões parciais de Direitos Creditórios entre o Cedente e o Fundo e entre este e qualquer Pessoa.

É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas, tendo como contraparte necessariamente qualquer das Instituições Autorizadas. Considerando i) o prazo médio do fundo; (ii) do indexador dos direitos creditórios; e (iii) os custos associados, a Administradora não deverá realizar operações com derivativos.

É vedada a realização de qualquer operação financeira em que o Cedente, a Administradora, quaisquer Pessoas controladoras da referida Pessoa, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum figure, direta ou indiretamente, como contraparte.

A Administradora, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle

comum não respondem pela solvência dos Contribuintes, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Com relação aos Outros Ativos referidos acima, o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seus respectivos controladores, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, inclusive na hipótese de contratação de operações compromissadas, não pode exceder a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento.

As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas e/ou cópias eletrônicas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão custodiados pelo Cedente, que atuará como fiel depositário dos Direitos Creditórios, em nome do Custodiante.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Os percentuais e limites referidos neste item serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

Ordem de Aplicação de Recursos

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Prospecto e da legislação aplicável;
- b) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos (i) no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento ou (ii) no período de 120 (cento e vinte) dias referido no inciso I do Capítulo Dois do Regulamento;
- d) na amortização, total ou parcial, das Quotas Sênior, emitidas ao amparo do inciso I do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização das Quotas Sênior;
- e) na constituição da Reserva de Pagamento;
- f) na amortização ou resgate de Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições deste Prospecto;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) na amortização ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Prospecto.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo deverão ser observados pela Administradora e, conforme o caso, pelo Custodiante, os termos e as condições deste Prospecto, do Regulamento, do Contrato de Cessão e dos demais Documentos da Securitização.

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) nenhuma das parcelas de Direito Creditório a serem cedidas ao Fundo tenha atraso superior a 60 (sessenta) dias;
- b) o prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório não seja inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados da respectiva Data de Aquisição, ou superior a 1º de outubro de 2007; e
- c) o percentual correspondente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por um único Contribuinte, depois de computada, pro forma, a cessão pretendida, seja igual ou inferior a 8,0% (oito por cento) do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo no dia útil imediatamente anterior.

Características dos Direitos Creditórios

Natureza - Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Acordos de Parcelamento celebrados, expressa ou tacitamente, entre os Contribuintes e o Cedente, tendo por objeto a confissão e o reconhecimento da obrigação do Contribuinte, de pagar ao Cedente, débito relativo ao ICMS, em conformidade com as Leis Estaduais.

Processo de Origem – Pedido de acordo de parcelamento formalizado pelo contribuinte do crédito tributário, instruído com documentos de identificação do sujeito passivo, cópia do documento de constituição da empresa, planilha de cálculo do parcelamento, comprovante de pagamento da 1ª parcela, comprovante de endereço e demais documentos comprobatórios do crédito tributário.

Documentos da Operação – Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de despacho do titular da unidade da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ, responsável pela efetivação do benefício concedido segundo as Leis Estaduais, através dos acordos de parcelamentos, nos quais o sujeito passivo do crédito tributário confessa sua dívida de forma irretratável e renuncia qualquer defesa ou recurso, bem como a desistência em relação aos já interpostos, na forma das Leis Estaduais.

Taxa de Desconto - Os direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo ao seu valor de face, com taxa de desconto mínima, suficiente para cobrir a taxa benchmark de rentabilidade das Quotas Sênior - definida através da sobretaxa incluída na fórmula de cálculo do valor das Quotas Sênior descrito na seção "Quotas do Fundo - Características Gerais" abaixo - acrescida das despesas operacionais.

Política de Concessão de Parcelamento a Contribuintes pelo Estado de Goiás

O Estado de Goiás adota a seguinte política de concessão de crédito em se tratando de parcelamento aos Contribuintes de ICMS, conforme anexo IX art. 13 a art. 18 do

Decreto Nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997 – Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás :

1. Pode ser concedido o parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas;
2. O valor de cada parcela é atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços, conceito Disponibilidade Interna – IGP-DI, conforme dispuser a legislação tributária. Sobre os Direitos Creditórios cedidos, incidem juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária de 1% (um por cento) ao mês, conforme a legislação específica;
3. A falta de pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a contar de seu vencimento, acarreta a denúncia do acordo de parcelamento;
4. O acordo de parcelamento denunciado, por falta de pagamento, é revigorado, automaticamente, se o sujeito passivo pagar as parcelas em atraso, antes do remanescente ser inscrito em dívida ativa ou ajuizado, conforme o caso;
5. O crédito tributário remanescente de acordo denunciado pode ser reparcelado, mediante novo pedido;
6. O pedido de parcelamento, ainda que não deferido importa a confissão irretratável do débito, judicial e extrajudicial, renúncia ao direito de defesa na esfera administrativa, desistência de impugnação ou recurso já interposto e encerramento da fase contenciosa, em se tratando de processo administrativo tributário;
7. Os pagamentos efetuados são utilizados, para fins de extinção do crédito tributário, partindo-se do lançamento mais antigo para o mais recente.

Os parcelamentos objeto de cessão de créditos ao fundo, foram concedidos mediante autorização das Leis Estaduais, com condições específicas que não fazem parte da política de concessão de parcelamento aos contribuintes do Estado de Goiás.

Recebimento dos Recursos Relativos aos Direitos Creditórios pelo Fundo e Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos pelo Agente de Cobrança

As verbas devidas pelos Contribuintes são originalmente pagas junto a Rede Arrecadadora e posteriormente transferidas para o Agente Centralizador do Cedente.

O Agente Centralizador, por sua vez, os transferirá diretamente ao Fundo, através de crédito automático na Conta Corrente de Créditos a Conciliar, de titularidade do Fundo, observados os procedimentos definidos no Convênio de Cobrança.

O Procedimento de Cobrança adotado para cobrança dos Devedores Inadimplentes está definido o Anexo V deste Prospecto e será de responsabilidade do Cedente.

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos ou por eventuais prejuízos

incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Prospecto.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Limitação de Disponibilidades para Amortização e Resgate.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização ou o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, pelas respectivas contrapartes. Após esgotados todos os meios possíveis e legítimos para o recebimento dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização ou resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- b) **Possibilidade de Atraso no Pagamento das Amortizações Programadas.** Em decorrência do risco identificado na alínea anterior (a) e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios ou Outros Ativos sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Programadas ocorrerão integralmente nas Datas de Amortização, nessa hipótese não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora e o Custodiante qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, na ocorrência de quaisquer dos eventos acima referidos. O valor de amortização e resgate das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa ser realizado, por qualquer motivo.

- c) **Risco de Liquidez no Mercado Secundário para as Quotas:** Em razão da existência de (i) um mercado secundário de baixa liquidez para a negociação das Quotas do Fundo e (ii) o Fundo ser constituído na forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo e a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em alienar suas Quotas a terceiros no mercado secundário, de forma a inviabilizar a realização de seu investimento, total ou mesmo parcialmente, fora das datas previstas no Regulamento.
- d) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo.** As verbas devidas pelos Contribuintes são originalmente pagas junto a Rede Arrecadadora e posteriormente transferidas para o Agente Centralizador do Cedente creditando automaticamente a Conta Corrente de Créditos a Conciliar de titularidade do Fundo, observados os procedimentos definidos no Convênio de Cobrança. O recebimento dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Cedente, na qualidade de agente cobrador, do Fundo. O repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões atrasar ou deixar de ocorrer, inclusive em razão do descumprimento, pela Rede Arrecadadora e/ou pelo Agente Centralizador, de suas respectivas obrigações previstas nos respectivos instrumentos jurídicos. Os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Agente Centralizador ou que sejam a este transferidos após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- e) **Da Interrupção dos Serviços de Cobrança pelo Cedente.** Caso o Cedente deixe de atuar como agente de cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, por qualquer motivo, incluindo a rescisão unilateral do Convênio de

Cobrança, a decretação de intervenção federal ou qualquer outra razão, os procedimentos relativos à conciliação e dos valores devidos ao Fundo, bem como a cobrança dos valores devidos ao Fundo pelos Contribuintes, serão negativamente afetados até a efetiva retomada do processo de cobrança pelo Cedente e/ou pelo Fundo. A ocorrência de qualquer dos eventos aqui referidos pode afetar, negativamente, a capacidade econômico-financeira do Fundo para honrar as suas obrigações pecuniárias.

- f) **Riscos Operacionais na Cobrança dos Direitos Creditórios.** O acompanhamento e cobrança, inclusive judicial, dos Direitos Creditórios são de competência exclusiva do Cedente. O Administrador ou o Custodiante não tem controle direto sobre tais procedimentos. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e sistemas internos de controle das Pessoas responsáveis pelo processamento e cobrança dos Direitos Creditórios poderá causar atrasos (i) na emissão dos boletos de cobrança, (ii) na perda de eficiência nos sistemas de acompanhamento dos pagamentos dos Direitos Creditórios, (iii) na perda de eficiência nos sistemas de cobrança e (iv) na conciliação dos repasses das verbas de titularidade do Fundo. Assim, em ocorrendo qualquer das hipóteses descritas acima, poderá haver efeito negativo sobre o desempenho do Fundo, quer no que concerne ao valor do Patrimônio Líquido ou nas Amortizações e ou Resgate das Quotas.
- g) **Riscos Legais Relativos aos Direitos Creditórios.** Os Direitos Creditórios estão amparados pelas Leis Estaduais e legislação complementar em vigor. Eventuais alterações na legislação poderão afetar negativamente o desempenho do Fundo, quer no que concerne ao valor do Patrimônio Líquido ou nas Amortizações e ou Resgate das Quotas.
- h) **Ausência de Notificação dos Contribuintes.** A cessão dos Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será objeto de notificação prévia aos Contribuintes, com instruções para que estes efetuem o pagamento dos

valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão dos convênios com a Rede Arrecadadora, no todo ou em parte, os contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento dos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo.

- i) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de valorização ou desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como os demais fatores de risco descritos neste item, poderão resultar em perdas pelos Quotistas. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

- j) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O valor das Quotas Sênior será apurado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea "c" do inciso IV do Capítulo Nove do Regulamento. Tal atualização, contudo, tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente e das respectivas Pessoas controladoras das duas primeiras Pessoas, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou

resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas atualizado de acordo com o parâmetro de referência descrito na alínea "c" do inciso IV do Capítulo Nove do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

- k) **Descasamentos de Ativos e Passivos e de Fluxo de Caixa do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e nos Outros Ativos. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, sendo que os Direitos Creditórios são acrescidos de uma parcela de 2% (dois por cento) ao mês a título de juro e atualização monetária. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será apurado na forma estabelecida na alínea "c" do inciso IV do Capítulo Nove do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e (ii) das Quotas Sênior, expresso em moeda corrente nacional. É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas. O Cedente, a Administradora, o Custodiante, quaisquer das respectivas Pessoas controladoras das duas últimas Pessoas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de descasamentos ou perdas incorridas pelo Fundo em operações contratadas por este.
- l) **Desproporcionalidade no Exercício do Direito de Voto e Capital Investido:** Cada Quota Sênior terá o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 e assegurará ao seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais, ao passo que cada Quota Subordinada terá valor unitário de R\$ 300.000,00 e assegurará ao seu titular o direito a um voto. Dessa maneira, não haverá

proporcionalidade entre o capital investido e o direito de voto nas assembléias gerais, podendo representar desvantagem para o quotista sênior.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

a) **Riscos Operacionais.** O Custodiante realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Direitos Creditórios é realizada apenas através de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita na Documentação Comprobatória especificada neste Prospecto.

b) **Risco de Crédito.** De acordo com as Leis Estaduais, o Cedente automaticamente denuncia qualquer dos Parcelamentos na hipótese de atraso superior a 60 (sessenta) dias na quitação de qualquer parcela devida pelo Contribuinte, podendo tal Parcelamento, entretanto, ser reabilitado desde que não haja mais de 6 (seis) parcelas em atraso e desde que seja promovida a regularização da situação e sejam quitadas todas as parcelas vencidas e não pagas. O Fundo poderá sofrer perdas no caso de ocorrer alguma alteração na Legislação Estadual que afete negativamente os Direitos Creditórios.

c) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão dos Direitos Creditórios.** A cessão ao Fundo de Diretos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e

correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Contribuintes. Em nenhuma das hipóteses acima referidas, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Contribuintes. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Contribuintes e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão efetuados ou, caso sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores avençados.

d) Impossibilidade de Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios pelo Fundo. Dada a natureza dos Direitos Creditórios e as características deste Fundo, não haverá em nenhuma hipótese procedimento de cobrança judicial dos Direitos Creditórios realizado por conta e ordem, ou ainda em benefício do Fundo. Portanto, os Direitos Creditórios não recebidos por meio de procedimentos extrajudiciais de cobrança representarão perda efetiva para o Fundo e afetarão negativamente o Patrimônio Líquido.

e) Cobrança Judicial dos Outros Ativos. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos interesses dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, nos termos do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento.

f) Condições Resolutivas da Cessão. Observado o disposto na Cláusula Oito do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer ou de todos os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e ainda não recebidos dos

Contribuintes, conforme seja o caso, operada de pleno direito, nas seguintes hipóteses: (a) qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo; (b) mudanças nas Leis Estaduais, ou ainda a edição de novas leis, de forma que o valor de recebimento provável dos Direitos Creditórios, pelo Fundo, sofra qualquer redução ou diluição, direta ou indireta, tais como as decorrentes de anistia parcial ou total do débitos, remissão de juros ou multas ou ainda representadas pela concessão de descontos no saldo devedor; (c) mudanças nas Leis Estaduais, ou ainda a edição de novas leis, ampliando o prazo máximo de pagamento estabelecido nos Acordos de Parcelamento, de forma que o valor de recebimento provável dos Direitos Creditórios, pelo Fundo, sofra impacto econômico ou financeiro negativo; e (d) não adimplemento, pelo Cedente, da obrigação de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e/ou de Quotas Sênior, de conformidade com as condições e datas estabelecidas na Cláusula Sete do Contrato de Cessão. A resolução da cessão fará surgir para o Cedente a obrigação de restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de tal evento, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado pro rata temporis, desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, utilizando-se dos mesmos critérios aplicados na definição do respectivo Preço de Aquisição, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e/ou de Quotas Sênior, nos termos do Contrato de Cessão. Desta forma, uma eventual contestação extrajudicial ou judicial do Cedente, sua incapacidade econômico-financeira ou mesmo o simples atraso no adimplemento da obrigação de restituição ao Fundo o Preço de Aquisição poderá afetar negativamente o desempenho do Fundo, quer no que concerne ao valor do Patrimônio Líquido ou nas Amortizações e ou Resgate das Quotas.

g) Risco de Liquidez. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora, alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Sacados, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora, a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

h) Risco de Mercado. Consiste no risco de variação no valor dos ativos da carteira do Fundo. O valor dos títulos e valores mobiliários pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das empresas emissoras. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados.

Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do Fundo.

i) Restrição de cessão ao Fundo. O imposto objeto de parcelamento é o ICMS, de legislação exclusiva dos Estados. Somente 63,75% do valor do

Direito Creditório elegível podem ser adquiridos pelo Fundo, pois 36,25% da arrecadação do ICMS tem destinação específica, conforme previsto em orçamento anual do Estado de Goiás.

j) Risco de Inadimplência do Originador. O principal risco com relação à inadimplência do originador é o risco de mistura, isto é, o caixa recebido dos pagamentos dos contribuintes e mantidos na conta bancária de um originador insolvente, por ocasião da sua insolvência. No caso desta transação, este risco é elevado pois não apresenta isolamento das cobranças dos Contribuintes. Ou seja, os Contribuintes efetuam o pagamento diretamente na rede bancária que repassa para a SEFAZ, que posteriormente concilia o montante de pagamentos destinados ao Fundo.

k) Risco de Cancelamento. A Agência Classificadora de Risco analisou o risco do parcelamento de impostos estar sujeito a cancelamento em função, principalmente, do não pagamento dos impostos pelos contribuintes, após o período regular estabelecido pelo Estado de Goiás. De acordo com a legislação do Estado de Goiás, este período é de sessenta dias. Entretanto, a administração estadual de impostos na verdade permite um máximo de seis meses de inadimplência para que o recebível seja inteiramente baixado, dado que, durante este período, a experiência de pagamento comprovou que as chances são tradicionalmente maiores de que os Contribuintes prossigam efetuando o pagamento dos impostos parcelados. O risco de cancelamento resulta, na verdade, de inadimplências superiores a seis meses e é o principal risco da estrutura do Fundo. O cancelamento da reprogramação de impostos leva à eliminação do recebível objeto da securitização. O risco de diluição ou cancelamento também pode surgir de uma anistia fiscal ou de extensão adicional do prazo de pagamento decretada pelo Estado. Possivelmente, uma anistia entraria em vigor no exercício seguinte ao de sua promulgação e tal fato não impediria um potencial retardamento de pagamentos por parte dos Contribuintes na espera de obter melhores condições.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, nos termos da regulamentação em vigor. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste item poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade do Fundo em efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no item "Fatores de Risco" do presente Prospecto) e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo cotista.

QUOTAS DO FUNDO

Características Gerais

O Fundo emitirá 1 (uma) única série da classe de Quotas Sênior, dividida, em, no mínimo, 1 (uma) e, no máximo, 6 (seis) Quotas Sênior, ressalvada a emissão de série específica nos termos do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento.

O Fundo poderá emitir, em 1 (uma) ou mais Distribuições, 1 (uma) série da classe de quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas"), em montante inicial de até R\$ 6.400.000,00.

As Quotas Subordinadas deverão corresponder a no mínimo 39,75% (trinta e nove vírgula setenta e cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo.

Cada Quota Sênior possui como característica e confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou resgate, observado o disposto neste Prospecto;
- b) tem preço unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Sênior;
- c) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Sênior, terá seu valor de integralização, amortização e, na hipótese específica definida neste Prospecto, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_t = VQSn_{t-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa_n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no regulamento, resgate calculado para a data "T".
$VQSn_{T-1}$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no regulamento, resgate calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso do cálculo no dia útil seguinte à primeira Data da Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
DI_{T-1}	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data "T". Exemplo: Se taxa DI-over do dia útil anterior for 16,50% (dezesseis e meio por cento) então $DI_{T-1} = 16,50$.
$Sobretaxa_n$	120% aplicado sobre a taxa DI.

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de série específica de Quotas Sênior, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, que terá o seu valor apurado, nos termos da alínea "c" acima;
- e) pode ser objeto de amortização compulsória na hipótese de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Sênior em Circulação;
- f) as Quotas Sênior poderão ser resgatadas com Outros Ativos, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte do Regulamento;

- g) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, no caso de amortização antecipada ou, na hipótese definida neste Prospecto, de resgate de Quotas Sênior, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Quotas Sênior em Circulação;
- h) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto; e
- i) O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior a 10 de outubro de 2007;

Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos na alínea "c" acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, do Cedente, das Pessoas controladoras das duas primeiras Pessoas, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste Prospecto, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Sênior, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento, não sendo devidas

quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Sênior, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI como critério para definição do valor das Quotas Sênior ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI (a) por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou (b) por 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação. Até a definição do novo parâmetro, será utilizada, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das Quotas Sênior, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos titulares das Quotas Sênior, quando da adoção do novo critério aprovado pelos Quotistas.

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Prospecto;
- b) tem o preço unitário de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado diariamente pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do somatório do valor atualizado das Quotas

Sênior em Circulação, apurado na forma da alínea "c" acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;

- d) as Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte do Regulamento; ou

A Administradora poderá deliberar e fazer realizar, em 1 (uma) ou mais Distribuições, a emissão de Quotas Subordinadas, em montante inicial de até R\$ 6.400.000,00, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Sênior em Circulação, devendo, para tanto, serem observados os procedimentos de protocolo e Distribuição definidos na Instrução CVM e os termos e as condições deste Prospecto.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios ou Outros Ativos pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte do Regulamento.

Após sua amortização integral, as Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

O somatório do valor atualizado das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas de uma mesma classe.

Emissão de Quotas

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida na alínea "c" acima, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, por meio de distribuição pública, no caso das Quotas Seniores, ou, na hipótese de subscrição e integralização de Quotas

Subordinadas, também por meio da Cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Prospecto.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador, nos termos deste Prospecto, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar:

- a) a obrigação de a Administradora cumprir as disposições constantes neste Prospecto e nas demais normas aplicáveis ao Fundo; e
- b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Os titulares das Quotas poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora desde que notificada por escrito e fornecidos os documentos evidenciando as garantias ou usufruto devidamente registrado em cartório competente, conforme legislação aplicável, em

qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriurador.

As Quotas deverão ter seu valor calculado todo dia útil pela Administradora ou seu Agente, por essa contratado, observando-se os termos e as condições deste Prospecto.

Observados os termos do Contrato de Cessão, a aplicação em Quotas Subordinadas e em Quotas Sênior poderá ser efetuada pelo Cedente em moeda corrente nacional ou, ainda, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo na hipótese de Quotas Subordinadas, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes às aplicações de quotas em direitos creditórios.

A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída, podendo, todavia, recusar, a seu exclusivo critério, o ingresso de quotistas ao Fundo.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida na Política de Investimento:

- a) o Índice de Liquidez deverá ser igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos);
- b) a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento); e
- c) a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento).

Classes de Quotas

As Quotas do Fundo poderão ser Sênior ou Subordinadas.

Todas as Quotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto acima.

As Quotas Sênior são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e apuração do resultado da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Quotas Sênior estão previstos no Regulamento.

As Quotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Quotas Sênior para efeito de amortização, resgate e apuração do resultado da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Quotas Subordinadas após a amortização das Quotas Sênior, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Quotas Subordinadas após o resgate das Quotas Sênior. A apuração do resultado e a possibilidade de amortização para as Quotas Subordinadas estão previstas no Regulamento.

Razão de Garantia entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Quotas Sênior

A Razão de Garantia será calculada diariamente pelo Custodiante a partir da 1ª Data de Aquisição, e corresponderá ao somatório do valor atualizado do valor das Quotas Subordinadas, calculado de conformidade com os procedimentos definidos na alínea “c” do inciso VIII do Capítulo Nove do Regulamento e o denominador o valor do Patrimônio Líquido do Fundo., de acordo com a seguinte expressão:

$$RG = \frac{\sum VQSuT}{\sum VQSnT + \sum VQSuT}$$

RG Razão de Garantia

$\sum VQSnT$ Somatório de Quota Sênior: Quota Sênior definida no Capítulo Nove do Regulamento. Exemplo: Se na data “T” 1 Quota Sênior possui valor de R\$ 1.000.000,00 e foram emitidas 6 Quotas Sênior, então valor do Somatório das Quotas Sênior na data “T” é igual a R\$ 6.000.000,00;

$\sum VQSuT$ Somatório das Quotas Subordinadas: Quotas Subordinadas definidas no capítulo Nove do Regulamento. Exemplo: Se na data “T” 1 Quota Subordinada possui valor de R\$ 300.000,00 e foram emitidas 8 Quotas Subordinadas, então valor do somatório das Quotas Subordinadas na data “T” é igual a R\$ 2.400.000,00;

De acordo com os valores apresentados acima teremos então a seguinte equação para a Razão de Garantia:

$$RG = \frac{2.400.000,00}{6.000.000,00 + 2.400.000,00} = 0,2857 \Leftrightarrow 28,57\%$$

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, em cada uma das datas estabelecidas na tabela contida abaixo ("Data de Amortização"), a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior ("Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 10 de outubro de 2007, quando o Fundo deverá ter promovido a amortização integral de 100% (cem por cento) de cada Quota Sênior em Circulação pelo seu valor devidamente atualizado, de acordo com a expressão abaixo:

$$VAP_n = VQSn_t \times PA_n$$

onde:

VAP_n valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização n .

$VQSn_t$ valor unitário de cada Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior a Data de Amortização n , para efeito de cálculo de seu valor de amortização.

PA_n percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a tabela abaixo:

Datas de Amortização	PA	N
11 de dezembro de 2006	9,09%	1
10 de janeiro de 2007	9,09%	2
12 de fevereiro de 2007	9,09%	3
12 de março de 2007	9,09%	4
10 de abril de 2007	9,09%	5
11 de maio de 2007	9,09%	6
11 de junho de 2007	9,09%	7
10 de julho de 2007	9,09%	8
10 de agosto de 2007	9,09%	9
10 de setembro de 2007	9,09%	10
10 de outubro de 2007	9,09%	11

A partir do 10º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, deverá:

- a) resgatar e/ou alienar os Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, adotando as medidas de prudência necessárias para que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade;
- b) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento, todas as

disponibilidades depositadas nas Contas de Depósito deverão ser única e exclusivamente transferidas para a Conta de Amortização e Resgate.

O Fundo não poderá promover nenhuma amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, enquanto existirem Quotas Sênior em circulação. A 1ª Data de Amortização de Quotas Subordinadas deverá ocorrer em 10 de novembro de 2007.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Prospecto.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá, diretamente ou através de seus Agentes, deverá, a partir do início do Prazo de Vigência do Fundo, segregar e manter destacados em sua contabilidade todas as disponibilidades diárias havidas com o recebimento dos Direitos Creditórios, com a realização de Outros Ativos e/ou com a integralização de Quotas, as quais serão destinadas única e exclusivamente ao pagamento do valor da próxima Amortização Programada ("Reserva de Pagamento").

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no inciso I acima quando o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos, segregados na Reserva de Pagamento, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor total, estimado pela Administradora, da próxima Amortização Programada ("Valor Futuro Estimado").

O valor da Reserva de Pagamento deverá ser equivalente, em cada uma das datas definidas no campo "A" da tabela abaixo, aos correspondentes percentuais do Valor Futuro Estimado, definidos no campo "B" da mesma tabela:

A	B
Número de dias antes da próxima Data de Amortização	Percentual do Valor Futuro Estimado
30	70%
10	100%
2	150% (admitindo-se, neste caso, que 50% da Reserva de Pagamento seja constituída de Direitos Creditórios)

Quando da execução dos procedimentos aqui definidos, a Administradora, conforme o caso, deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das Amortizações Programadas, sempre observada a política de investimento definida no Capítulo Quatro do Regulamento.

Os procedimentos aqui descritos não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haja recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento nas Datas de Verificação, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

Se em três Datas de Verificação consecutivas a Reserva de Pagamento deixar de atender aos percentuais mínimos estabelecidos na tabela acima, tal evento constituirá um Evento de Avaliação.

PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

O Fundo efetuará o pagamento da amortização ou do resgate de Quotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte do Regulamento.

Os recursos cursados na Conta de Amortização e Resgate deverão ser transferidos aos titulares das Quotas quando de sua amortização ou resgate, observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora no dia útil imediatamente anterior à data da realização do referido pagamento.

As verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário na 1ª Data de Emissão.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação em Quotas Sênior doo Fundo é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Quotas do Fundo.

As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, conforme descrito na seção "Características Gerais do Fundo". Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

A amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte do Regulamento.

TAXAS

Será devida à Administradora, a título de remuneração pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, valor equivalente a 1,25% a.a (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento ao ano) *pro rata*

die, calculado diariamente sobre o Patrimônio Líquido apurado no dia anterior e pagável mensalmente até o 5º dia do mês subsequente ao de cálculo. O pagamento será efetuado mediante débito na carteira do Fundo, sendo que a remuneração mensal prevista neste inciso será acrescida das verbas devidas à Administradora nos termos do inciso XI abaixo (a “Taxa de Administração”). O 1º pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no quinto dia útil do mês subsequente ao da primeira integralização de quotas e os demais, no mesmo dia dos meses subsequentes.

Os valores devidos à Administradora deverão ser pagos pelo Fundo por meio de crédito em conta corrente de titularidade da Administradora, considerando as informações contidas na memória de cálculo preparada pela Administradora, sob sua exclusiva responsabilidade, e enviada previamente ao Custodiante até o dia útil imediatamente anterior à data de pagamento, servindo o comprovante do crédito para a comprovação da quitação desta obrigação pecuniária do Fundo.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros, bem como os outros encargos previstos no Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento.

A Taxa de Administração incluirá o valor de todos os tributos incidentes sobre os pagamentos da espécie e as despesas referentes à taxa de Custódia.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no Capítulo Seis, Item XI, do Regulamento, devendo ser debitadas ao Fundo pela Administradora.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administradora

Histórico e Atividades

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Administradora foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre a Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil. A evolução do *portfolio* de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade.

A Administradora é atualmente subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, que atua em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Administradora, que presta serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e *compliance* são prestados para mais de 420 fundos de investimento, somando R\$23 bilhões, e zelam pela boa aplicação dos recursos

respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora assume a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução dos próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Quotas Sênior definidos nos Documentos da Securitização, atento à conjuntura em geral e respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei, do Regulamento e deste Prospecto.

Observados os termos e as condições deste Prospecto, do Regulamento e das Instruções CVM, a Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas relacionadas aos Outros Ativos de titularidade do Fundo e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete do Regulamento;
- b) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento dos Direitos Creditórios e do recebimento e cobrança dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Outros Ativos. O preço de alienação dos Outros Ativos não poderá, em nenhuma circunstância, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao

Fundo, ser vil, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos;

- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia*, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 14 (quatorze) meses, contados da data da outorga;
- d) iniciar procedimentos judiciais ou extrajudiciais, bem como constituir procuradores para os fins de salvaguardar os interesses do Fundo, na hipótese de ocorrência de ação ou omissão do Cedente, que afete negativamente a solvência, liquidez e exeqüibilidade dos Direitos Creditórios;
- e) contratar os serviços de gestão de carteira do Fundo, às expensas da Administradora, nos termos do Contrato de Gestão firmado entre Administradora e Gestor;
- f) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do Capítulo Três do Regulamento; e
- g) praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo, exceto no que diz respeito à gestão da carteira, delegada ao Gestor, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa.

Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:

- i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM; e
 - ii) exemplar deste Prospecto;
- b) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo de 5 (cinco) anos:
 - i) o registro dos Quotistas;
 - ii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - iii) o livro de presença de Quotistas;
 - iv) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo seus respectivos registros contábeis; e
 - v) os demonstrativos trimestrais referidos acima;
- c) informar os Quotistas a alteração:
 - i) do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações, nos termos do inciso I do Capítulo Vinte e Três do Regulamento; e
 - ii) da Taxa de Administração;
- d) custear, às expensas do Fundo, as despesas de propaganda do Fundo;
- e) colocar à disposição, em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios

referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência Classificadora de Risco;

- f) providenciar, às expensas do Fundo, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Quotas Sênior pela Agência Classificadora de Risco;
- g) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento prevista neste Prospecto e no Regulamento;
- h) observar a política de investimento do Fundo, definida neste Prospecto e no Regulamento;
- i) proceder ao registro de todos os fatos contábeis do Fundo, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem;
- j) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- k) submeter os demonstrativos referidos acima ao exame da Empresa de Auditoria, quando da auditoria anual;
- l) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
- m) manter registros de Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Quotistas adquirentes de Quotas no mercado secundário, ou

contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;

- n) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (e-mail), de extrato das contas em nome dos Quotistas contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista; (ii) o valor atualizado de suas Quotas; e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;
- o) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- p) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- q) proceder à contratação dos serviços do Custodiante, do Agente Escriturador, do Gestor, se aplicável, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos da Securitização;
- r) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação eventualmente realizada entre, de um lado, o Fundo e, do outro lado, a Administradora ou o Custodiante;
- s) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos no inciso X do Capítulo Dez do Regulamento;

- t) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante e ao Agente Escriturador, definidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, conforme o caso;
- u) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; e
 - iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- v) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco, cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização.

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora, realizar qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, direta ou indiretamente, salvo se expressamente autorizada nos termos deste Prospecto e do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.

As vedações contidas acima abrangem as Pessoas controladoras da Administradora, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como ativos integrantes das respectivas carteiras e de emissão ou co-obrigação dessas.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) obter ou conceder qualquer empréstimo, financiamento ou adiantamento de recursos a qualquer Pessoa;
- b) realizar operações ou negociar com ativos financeiros ou modalidades operacionais não admitidos pela legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- c) emitir quaisquer classes ou séries de Quotas não expressamente autorizadas no Regulamento ou vender Quotas à prestação;
- d) aplicar recursos diretamente no exterior;
- e) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte; e
- f) locar ou emprestar, seja a que título for, quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte.

Salvo se expressamente autorizado pelo Regulamento ou pelos titulares das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, é igualmente vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;

- b) distratar, rescindir ou modificar quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
- c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Custódia, e a movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos no Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização.

O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser mantido à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Prospecto e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado

A Administradora é responsável, nos termos no artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

A Administradora tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Sendo assim, as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

A Administradora declara e garante que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções, e que mantém sua independência nas atividades de

administração do Fundo, gestão da carteira e distribuição das Quotas Sênior.

Remuneração da Administradora

A Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção "Taxas" acima.

Substituição da Administradora

A maioria dos titulares das Quotas, em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, poderá solicitar a substituição da Administradora. A remuneração da instituição substituta não poderá ultrapassar em mais de 20% (vinte por cento) o valor da Taxa de Administração.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no inciso I do Capítulo Vinte e Três do Regulamento, e por meio de carta, com aviso de recebimento, endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste parágrafo.

A Administradora, nas hipóteses previstas acima, permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, em Aprovação Consensual, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições do Regulamento. Caso a Assembléia Geral não indique substituto até o final do prazo de 90 (noventa) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM.

A Administradora deverá, diretamente ou por meio do Diretor Designado, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes envolvidos direta ou indiretamente com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Contratação de Terceiros

A Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução nº 356/01, da CVM; e
- iii) custódia.

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Custodiante e Escriturador de Quotas

Histórico e Atividades

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Quotas, a Administradora contratou o Banco Itaú S.A. ("Banco Itaú" ou "Custodiante"), instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04.

O Banco Itaú presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$987 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de outubro de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Responsabilidades

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar que os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;

- b) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar todos os procedimentos e rotinas definidas nos Documentos da Securitização, que sejam de sua responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
- d) movimentar as Contas de Depósito, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- e) receber e fazer a guarda e a custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora:
 - i) extratos das Contas de Depósito e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do Cedente;
 - ii) instrumentos jurídicos formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo Cedente ou por seus Agentes;
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas

e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade; e

- vi) recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos;
- f) entregar à Administradora os documentos referidos nos itens “i” e “ii” da alínea “e” acima, após a realização da auditoria ali referida;
- g) receber quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos e aos Direitos Creditórios, sendo que todas as verbas deverão ser creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, exclusivamente na Conta Movimento do Fundo, sendo expressamente vedado o depósito destas verbas em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento, desde que o Fundo atenda ao disposto no Capítulo Cinco do Regulamento;
- i) colocar a disposição da Administradora, diariamente, as informações necessárias para a verificação da adequação do Fundo à Razão de Garantia e à Alocação de Investimento
- j) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco do Regulamento; e

- k) somente acatar ordens passadas pelo Diretor Designado ou por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora ou do Gestor, conforme o caso.

Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as Contas de Depósito e as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora, ou pelo Gestor, conforme o caso.

Na hipótese de substituição ou renúncia do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Sete do Regulamento.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Instituição Intermediária

As Quotas do Fundo serão colocadas pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por ela, integrantes do sistema de distribuição.

Auditor

Como auditor independente do Fundo, foi contratada a KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso, n.º 52, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG, abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente se tornou Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a Klynveld Main Goerdeler, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

A KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com aproximadamente 1.300 funcionários.

O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
- b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições do Regulamento e do Contrato de Cessão e no Regulamento que estejam sob sua responsabilidade;
- c) referente ao cumprimento, pelo Cedente, de seus respectivos deveres e obrigações definidas nos Documentos da Securitização;
- d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso XIII do Capítulo Seis do Regulamento.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco das Quotas Sênior a sociedade Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede Avenida Rio Branco, 89 Sala 1.302, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob nº 01.813.375/0001-33.

CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Informações sobre os sacados:

O nível de inadimplência dos impostos parcelados é normalmente elevado e as séries históricas de inadimplência dos impostos parcelados do Estado de Goiás indicam um comportamento não linear da inadimplência, considerando em especial as características especiais da legislação, que permite uma renegociação do parcelamento originalmente contratado. Com relação à concentração dos sacados do Fundo, o maior sacado representa 7,83% do total da carteira. Os 5 maiores, 10 maiores, 15 maiores e 20 maiores sacados representam, respectivamente, 20,80%, 28,95%, 34,63% e 38,99% da carteira.

Considerando-se as atividades econômicas dos sacados que compõem a carteira do Fundo, as maiores concentrações ocorrem nos segmentos de "produtos alimentícios em geral", "supermercados", "fabricação ou refinação de açúcar", "abate de bovinos", "armazéns e mercearias", com 20,16%, 10,45%, 7,44%, 5,73% e 5,51% da carteira do Fundo, respectivamente.

Informações sobre o Estado de Goiás

O Estado de Goiás está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil e concentra, somente 3% da população do país, 5,12 milhões de habitantes, segundo o Censo 2000. A população de Goiás tem apresentado um crescimento do país entre os anos 1990 e 2000 (taxa de crescimento média anual de 2,4% e 1,7%, respectivamente), em grande parte favorecido pelas políticas sociais e econômicas aplicadas pelo estado na última década. Não obstante, apesar do estado ter melhorado seus índices de analfabetismo e mortalidade infantil, posicionando-se acima da média do país em 2000 (taxas de 11,7% e 2,13% em Goiás versus 12,4% e 2,87% no Brasil), Goiás continua apresentando elevadas necessidades de infra-estrutura para aprimorar serviços básicos, demandadas pela crescente população, a taxa de abastecimento de água e esgoto, por exemplo, é baixa e significativamente inferior à do país.

Em termos econômicos, Goiás também tem apresentado um crescimento mais dinâmico do que o país. A taxa de crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB), entre 1999 e 2004, foi de 27,6%, superior a do Brasil, de 14,9%. O PIB do estado, estimado em BRL36,8 bilhões, em 2003, representava 2,37% do PIB nacional e estava principalmente focado em atividades de serviços e indústria, que representavam 42,9% e 35,2% do PIB em 2003, respectivamente. A composição do PIB estadual sofreu uma mudança significativa nos últimos anos, em função do processo de industrialização experimentado pelo estado e das melhores condições de preços internacionais observadas no negócio de agribusiness, onde o estado tem uma participação relativa importante na produção agrícola do país. Em 1998, o PIB mostrava uma menor industrialização, com

atividades de serviços e indústria participando com 54,9% e 28,7% do PIB, respectivamente.

O processo de industrialização mencionado reflete a política econômica de benefícios fiscais aplicada pelo governo desde a década de 80, modernizada nos anos 90 através do programa Produzir, que permitiu a instalação das principais empresas dos setores alimentícios, papel, frigoríficos, automóveis, mineração e farmacêuticos do Brasil. Este desenvolvimento econômico lhes permitiu avançar duas posições no ranking de participações no PIB do Brasil, do 12º lugar, em 2000, para o décimo lugar em 2003. Atualmente, está em discussão um projeto de reforma tributária que pretende eliminar a possibilidade dos estados concederem benefícios fiscais. Caso essa medida seja aprovada, prejudicará significativamente o desenvolvimento de muitos estados, incluindo Goiás, e impactará negativamente sua principal fonte de arrecadação, o ICMS. Conjuntamente a esta reforma, analisa-se a possibilidade de criar um fundo de desenvolvimento regional que teria como função mitigar o impacto da queda de arrecadação nos estados afetados. Caso esta lei seja aprovada, o cenário econômico de Goiás ficaria incerto após o término do período de benefício fiscal para as empresas já instaladas. Isso ocorreria já que é possível que haja uma migração das grandes empresas já instaladas no estado para os maiores centros de consumo.

O atual governador, Marconi Perillo, tem tido como principal preocupação, desde o início de sua administração, em 1998, aplicar uma política orientada a atender às necessidades sociais da população, o que significou destinar aproximadamente 35% das receitas arrecadadas pelo governo para financiar programas de ajuda social. Esta política foi aplicada no âmbito do programa de reestruturação e ajuste fiscal vigente desde 1998, que, como complemento ao Contrato de Renegociação de dívida do estado com o governo federal, pretende viabilizar a sustentação financeira do estado, marcado por desequilíbrio nos últimos anos.

Como consequência da desordem fiscal e financeira, gerada principalmente na década de 1980, o estado possui hoje um elevado nível de endividamento e uma apertada situação fiscal, com déficits que precisaram ser financiados com dívida flutuante,

principalmente em 2004. Por outro lado, as despesas com programas sociais e os investimentos em obra pública têm peso relevante no orçamento do estado, o que reduz a capacidade financeira deste e incrementa sua necessidade de financiamento. Assim, Goiás apresenta atualmente um nível de dívida total que supera em duas vezes as receitas correntes geradas anualmente pelo estado, índice superior ao observado em outros estados brasileiros. Apesar deste elevado perfil de endividamento, como consequência do acordo assinado com o governo federal, o estado destina anualmente em torno de 20% de sua receita para pagamentos com serviços de dívida, motivo pelo qual o índice de endividamento líquido por receita corrente líquida permanece por volta do seu limite legal (2,0 vezes), apesar da redução expressiva desde 2000, ano em que atingiu 2,97 vezes.

Segundo dados preliminares da Secretaria de Fazenda do Estado, as receitas arrecadadas representaram 74% das receitas totais em 2005, observando-se uma queda na participação relativa destas receitas em comparação aos anos anteriores (média em torno de 81% como consequência do significativo crescimento de receitas próprias de 3,8%). Apesar disso, as receitas correntes do estado têm apresentado um adequado crescimento nominal desde 1998, superior ao crescimento médio de outros estados brasileiros (20,3% versus 17,7% entre 1998 e 2004). Goiás continua apresentando níveis historicamente baixos de poupança interna, por volta de 13%, devido à grande representatividade das despesas correntes, em média 94% das receitas correntes. Em 2005, o desempenho fiscal melhorou significativamente, em razão do crescimento anual de receitas totais, muito superior ao de despesas totais (variações de 15,5% e 0,8% respectivamente), que refletiu, principalmente, o crescimento anual das transferências do governo federal, mas que também pode ser explicado pelo baixo crescimento das despesas correntes e a queda em investimentos de capital (de 3,4% e -14,% respectivamente). Contudo, observou-se um maior peso com pagamento de serviços de dívida, em detrimento aos menores investimentos de capital realizados em 2005. Conseqüentemente, Goiás conseguiu reverter o déficit atingido antes da amortização da dívida, em 2004, obtendo um resultado fiscal balanceado (BRL2,0 milhões) e incrementado o nível de poupança interna de 9,3% em 2004, para 21,1%, em 2005, o maior nível dos últimos oito anos.

Dado que em 2006 é o último ano da administração do atual governador, a Agência Classificadora de Risco espera que, como consequência da aplicação da Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), o nível de despesas mantenha um crescimento inferior ao de receitas, a fim de continuar reduzindo os saldos de dívida flutuante gerados durante a atual administração. Do ponto de vista do perfil da dívida, resultado da aplicação da política implementada pelo atual governo, a Agência Classificadora de Risco espera que o nível de dívida medido em função das receitas correntes líquidas se mantenha em torno de 2,0 vezes em 2006, sem ultrapassar o limite permitido pela LRF.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, a ser formalizado entre a Administradora, o Custodiante e o Estado de Goiás, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante à Administradora, dos serviços de custódia, controladoria e controle relativos aos Créditos, valores mobiliários e ativos financeiros pertencentes ao Fundo ("Ativos"). Ao realizar os serviços de controladoria, custódia e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante deverá, dentre outras atribuições:

- i) providenciar abertura e movimentação, no Custodiante, de Contas Correntes e de Contas de Custódia em nome do Fundo;
- ii) efetuar o recebimento de recursos, quando da emissão ou integralização de Quotas, depositados diretamente nas Contas de Depósito do Fundo;
- iii) manter atualizados e em perfeita ordem: (a) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; (b) a documentação relativa às operações do Fundo, que ficará com o Custodiante até que seja auditada, quando será encaminhada à Administradora, juntamente com o parecer da auditoria; (c) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;

- iv) informar à Administradora, diariamente, o valor dos Ativos, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos Ativos que a integram, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- v) divulgar diariamente à Administradora, ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- vi) remeter à Administradora e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser exigidos, as seguintes informações: (a) o valor líquido das Quotas Sênior e subordinadas; (b) o patrimônio líquido e a relação das emissões, amortizações e resgates de Quotas do Fundo efetuadas no mês; e (c) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira;
- vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo e receber quaisquer rendimentos ou valores relativos aos Ativos efetivamente adquiridos pelo Fundo;
- viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os Ativos do Fundo, observado que: (a) somente poderão ser acatadas pelo Custodiante as ordens enviadas pela Administradora, ou por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s), devidamente credenciado(s); e (b) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
- ix) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos Ativos e recursos relacionados ao Fundo;

- x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativos aos Ativos, depositando os valores recebidos na respectiva Conta de Depósito;
- xi) debitar da respectiva Conta de Depósito, ou de qualquer outra conta mantida pela Administradora, os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os Ativos e valores sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia ou com as instruções recebidas;
- xii) efetuar, por conta da Administradora ou do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
- xiii) informar à Administradora o teor de toda notificação ou informação referente aos Ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;
- xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá no máximo a cada ano;
- xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pela Administradora ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- xvi) dar cumprimento à lista de "Normas e Responsabilidades Operacionais" que faz parte do Contrato de Custódia como seu Anexo III;
- xvii) verificar e validar os Créditos que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos critérios de elegibilidade, conforme previsto no Regulamento;

- xviii) realizar, por conta e ordem da Administradora, o pagamento ao Estado de Goiás, do preço de aquisição dos Créditos;
- xix) disponibilizar à Administradora, tempestivamente, as informações previstas acima, para cumprimento de exigências ou atendimento de solicitações de órgãos reguladores, em especial a CVM e o BACEN.
- xx) divulgar à Administradora por meio do *site* www.itaucustodia.com.br a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Subordinadas do Fundo;
- xxi) efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto de Renda – IR e/ou do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, conforme legislação vigente e efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável;
- xxii) proceder à determinação e verificar, diariamente, a adequação do Fundo à Razão de Garantia (conforme definido no Regulamento) e à Alocação de Investimento (conforme definido no Regulamento);
- xxiii) aferir, em cada devida Data de Verificação (conforme definido no Regulamento), o Índice de Liquidez (conforme definido no Regulamento) do Fundo;
- xxiv) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela empresa de auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- xxv) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas;
- xxvi) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito em nome dos Cotistas.

Ao realizar os serviços de controladoria, custódia, e controle dos Ativos do Fundo, o Custodiante observará o que segue:

- i) os registros das Contas de Custódia e das Contas Correntes indicarão de modo separado e, sempre que possível em decorrência da legislação ou natureza dos investimentos, os Ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;
- ii) os Ativos e recursos financeiros do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes deste;
- iii) o Custodiante enviará diariamente à Administradora, por meio eletrônico, arquivos e relatórios discriminando os Ativos mantidos nas Contas de Custódia e os recursos movimentados nas Contas Correntes;
- iv) a abertura, administração e movimentação das Contas Correntes e de Custódia obedecerão às leis, normas, costumes, práticas e procedimentos adotados no Brasil, que a Administradora declara conhecer previamente à celebração do Contrato de Custódia.

Por fim, o Contrato de Custódia tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo.

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Custodiante e o Gestor, se houver, como intervenientes, o Cedente cederá e transferirá ao Fundo a plena titularidade dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e de todos e

quaisquer direitos, prerrogativas e garantias asseguradas em razão de sua titularidade, observado o disposto no Contrato de Cessão.

O preço de cessão dos Créditos será calculado de acordo com a fórmula especificada no Contrato de Cessão.

A cessão de Créditos será formalizada por meio da assinatura, pelas partes do Contrato de Cessão, de instrumento que descreva os Créditos bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo indicado no Anexo II, que constitui parte integrante do presente Contrato ("Termo de Cessão"). O Termo de Cessão deverá ter como anexo a respectiva Lista de Créditos, impressa.

Uma vez celebrado o Termo de Cessão, este e seu anexo serão considerados parte integrante do Contrato de Cessão, e o Fundo pagará ao Cedente o valor dos Créditos.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Créditos cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor nominal dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Cessão e creditados em conta corrente de sua titularidade, a ser indicada.

O Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Quotas Sênior do Fundo ("Quotas Sênior") a:

- a) dar ciência, por escrito, dos termos e condições do Contrato de Cessão e dos demais Documentos da Securitização a seus administradores, servidores e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;

- b) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que somente sejam oferecidos ao Fundo Direitos Creditórios em estrita observância às declarações prestadas na Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- c) permitir à Administradora, ou a quem for por essa indicado, por escrito, em dias úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Fundo, no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis da data de solicitação, acesso a todos os dados, às informações e aos documentos relativos aos Direitos Creditórios cedidos ou necessários, conforme o caso, à verificação da consistência dos procedimentos e atribuições de responsabilidade do Cedente, definidos nos Documentos da Securitização, incluindo as obrigações referidas na alínea “b” acima;
- d) informar à Administradora e ao Custodiante sobre qualquer negócio jurídico ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas nos Documentos da Securitização, no prazo de até 15 (quinze) dias imediatamente anterior à apresentação para deliberação, pela administração do Cedente, acerca da celebração do mesmo;
- e) entregar à Administradora, caso solicitado, na data de assinatura do Contrato de Cessão, cópias das prestações de contas referentes ao exercício imediatamente anterior e do orçamento relativo ao exercício em vigor;
- f) enviar ao Custodiante, por meio eletrônico, relatório diário, contendo uma descrição detalhada, individualizada por número do Acordo de Parcelamento e, caso aplicável, pelo número de inscrição do Contribuinte no CNPJ/MF, CPF/MF ou Inscrição Estadual, conforme o caso, dos montantes recebidos pelo Cedente ou por seus Agentes;
- g) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e os dispositivos da Lei nº 4.320/64 e demais normativos de outras autoridades

competentes, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios ao Fundo; e

- h) comunicar imediatamente à Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição previstos na Cláusula Doze do Contrato de Cessão.

No 2º dia útil imediatamente anterior à 1ª integralização de Quotas Sênior, o Cedente deverá entregar à Administradora, com cópia para o Custodiante, declaração confirmando que não ocorreram quaisquer alterações adversas relevantes em sua condição econômico-financeira e operacional.

Quando do envio ao Custodiante das informações relativas aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente deverá diligenciar para que somente sejam cobrados dos Contribuintes em atraso penalidades ou encargos moratórios de acordo com o permitido pela legislação aplicável.

São considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso se verifique qualquer falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas, conforme o caso, pelo Cedente, nos termos do inciso I da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- b) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo ou que onerem excessivamente a consecução de seu objeto;
- c) questionamento, pelas autoridades competentes, quanto ao tratamento fiscal dado pelo Fundo às suas operações ou quanto à alteração de normas legais ou

regulamentares que possa onerar, dificultar ou prejudicar excessivamente o curso normal do Programa de Securitização;

- d) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- e) existência de indícios de que o Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com o disposto no inciso I da Cláusula Dez do Contrato de Cessão e tal evento possa comprometer a boa ordem legal, administrativa ou regulamentar do Programa e o pontual pagamento das obrigações pecuniárias do Fundo; ou
- f) caso o Cedente venha a resilir o Contrato de Cessão nos termos do inciso II da Cláusula Treze do mesmo.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no inciso II do Capítulo Dezoito do Regulamento.

É considerado como evento de resilição do Contrato de Cessão a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão mencionados acima, desde que, nos termos do inciso II do Capítulo Dezoito do Regulamento, os Quotistas detentores da maioria das Quotas Sênior em circulação decidam que referido Evento de Revisão constitui um Evento de Amortização Antecipada (os “Eventos de Resilição”).

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resilição, deverão ser observados os procedimentos definidos nos incisos V e seguintes do Capítulo Dezoito do Regulamento.

Por fim, o Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará

pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

O Contrato de Cessão é reproduzido no Anexo IV ao presente Prospecto. Recomenda-se, ainda, a leitura atenta do item "Fatores de Risco", seção "Riscos Específicos", subseções "Riscos Operacionais", "Riscos de Descontinuidade" e "Riscos da Originadora"; e seção "Outros" do presente Prospecto.

CONVÊNIO DE COBRANÇA

Por meio do Convênio de Cobrança, a ser celebrado entre o Fundo e o Estado de Goiás, o Estado de Goiás responsabiliza-se pelos serviços de acompanhamento, processamento, controle e cobrança dos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando à emissão das guias de recolhimento em nome dos Contribuintes, envio dessas guias de recolhimento aos Contribuintes, acompanhamento junto ao Agente Centralizador dos pagamentos dos Direitos Creditórios realizados pelos Contribuintes, bem como pela conciliação dos repasses das verbas pagas pelos Contribuintes de titularidade do Fundo.

O Estado de Goiás será o único responsável por todas e quaisquer despesas necessárias à prestação dos serviços definida no Convênio de Cobrança, incluindo, sem limitação, a contratação e o treinamento de pessoal, a contratação de serviços de terceiros, o desenvolvimento de rotinas, sistemas ou programas de computação e a aquisição de máquinas e equipamentos.

Será, ainda, o único responsável pelos encargos, ônus ou despesas decorrentes de obrigações de caráter previdenciário, trabalhista e acidentário, relativas a seus empregados e agentes envolvidos na prestação dos serviços, não se criando vínculo, de qualquer natureza, destes com a Administradora, com o Custodiante e/ou com o Fundo.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Com exceção dos Direitos Creditórios, os Outros Ativos deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante, pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita dos respectivos Direitos Creditório no resultado do período.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da data de vencimento, serão integralmente provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no item abaixo.

As perdas e provisões do Fundo, com Direitos Creditórios serão reconhecidas no resultado do período. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

É obrigatória a divulgação de informações, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas e vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

ASSEMBLÉIA GERAL

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Prospecto, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento, observado o disposto abaixo;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo, referido no inciso I do Capítulo Vinte e Três do Regulamento;
- f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento;
- g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no Capítulo Nove do Regulamento;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- i) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e da Empresa de Classificação de Risco, nas hipóteses previstas nos respectivos instrumentos de contratação; e

- j) aprovar, por meio de Aprovação Consensual, a realização de aditamentos e modificações aos Documentos da Securitização.

O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência com aviso de recebimento.

A primeira e a segunda convocação da Assembléia Geral far-se-ão por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.

Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Prospecto, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, nos termos acima.

Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida para a realização de Assembléia Geral em primeira convocação. Para efeito do disposto neste inciso, admite-se que a segunda

convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

A Assembléia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto, será considerada regular a Assembléia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior.

A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembléia Geral que tenham direito de

votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido pelo Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Sênior de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, do Cedente, da Administradora, das Pessoas controladoras da respectiva Pessoa, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, assim como de funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos favoráveis de:

- a) 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para a aprovação de alteração de quaisquer dos incisos dos Capítulos 2, 9, 11 e 12 do Regulamento e das definições constantes do Anexo I; e
- b) 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas em Circulação para alteração de qualquer matéria relacionada aos incisos dos demais Capítulos do Regulamento não mencionados na alínea (a) supra.

Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela Distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no final do Prazo de Vigência do Fundo.

Eventos de Avaliação e Eventos de Amortização Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Programadas nas respectivas Datas de Amortização;
- (ii) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Prospecto e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- (iii) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Sênior em mais de 3 (três) níveis, sempre se considerando a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;

- (iv) amortização de Quotas Subordinadas antes de terem sido amortizadas a totalidade das Quotas Sênior em Circulação;
- (v) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (vi) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Prospecto;
- (vii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e/ou ao Índice de Liquidez e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Prospecto, no prazo de 3 (três) dias contado da data em que se verificar o desenquadramento, devendo ser observado o procedimento previsto na Cláusula Cinco inciso XIV a XVI do Contrato de Cessão;
- (viii) caso a Reserva de Pagamento não se encontre enquadrada aos termos e condições deste Prospecto por 3 (três) Datas de Verificação consecutivas; e
- (ix) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas Sênior em Circulação decidam que qualquer Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos abaixo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização,

aprovados, nos termos da alínea "j" do inciso I do Capítulo Dezessete do Regulamento, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos da Securitização.

Eventos de Amortização Antecipada

São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas ("Eventos de Amortização Antecipada"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- b) caso o Cedente deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- c) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) notificar os Quotistas, e (b) dar início aos procedimentos de Amortização Antecipada de Quotas do Fundo, definidos abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral referida acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada do Fundo definidos neste item. No curso dos procedimentos de amortização antecipada, as Quotas

Sênior em Circulação deverão ser amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Onze do Regulamento e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

Após a conclusão dos procedimentos definidos acima, a Administradora poderá proceder ao resgate de Quotas por meio da dação em pagamento referida abaixo

PROCEDIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM, o Fundo deverá ser liquidado caso existam Quotas em Circulação ao término do Prazo de Vigência. Neste caso, a Administradora promoverá o resgate das Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite da diferença positiva entre o valor de cada Quota Sênior, apurado, *pro-forma*, observado o disposto no item “c” do inciso IV do Capítulo Nove do Regulamento, e o valor de cada Quota Sênior apurado na data de início dos procedimentos de resgate aqui referidos (o “Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos aqui previstos de dação em pagamento, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo dos Outros Ativos e dos Direitos Creditórios remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo, adotada por Aprovação Consensual.

Antes da realização dos procedimentos descritos acima, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Posteriormente, a Administradora, caso necessário, deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares das Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido abaixo.

Para fins do disposto neste item, os Outros Ativos dados em dação pelo Fundo aos titulares das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão, compulsoriamente, mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos ativos atribuídos a este efetivamente. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares de Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da realização dos Outros Ativos. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, conforme o caso pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Sênior, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos ativos detidos pelo Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas, nos termos deste item, deverão também observar a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco do Regulamento.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além das taxas de administração e de performance prevista no item "Taxas" acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- ix) a contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;

- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados por esta, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.

Sem prejuízo das responsabilidades da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituí-los.

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal Diário Mercantil – Rio de Janeiro e (b) de e-mail enviado ao representante do Quotista indicado na forma do inciso IV do Capítulo Dez do Regulamento. As publicações acima referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

A Administradora deverá divulgar no periódico referido no inciso I acima, anualmente, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe

de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando das demonstrações financeiras trimestrais referidas no inciso III acima; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.

A Administradora deverá prestar à CVM as informações referidas no Art. 45 da Instrução CVM e enviar àquela autarquia e colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos referidos no inciso XIII do Capítulo Seis do Regulamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do término do trimestre respectivo.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Prospecto e com o Regulamento protocolado na CVM.

BASE LEGAL RELATIVA AOS FIDCs

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foram criados pela Resolução

nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, a qual foi regulamentada pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM (com as alterações dadas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, da CVM) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das Quotas; (ii) em caso de alienação de Quotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Quotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Quotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da

carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Cessão ou alienação das cotas – ganhos sujeitos a auto-recolhimento à alíquota de 15%. Operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%, sem prejuízo do recolhimento posterior, por parte do cotista, da diferença (14,995%).

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Quotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação.

Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Quotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

ATENDIMENTO AO COTISTA

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas Quotas poderão ser obtidas junto à Administradora, em suas sedes e agências. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar.

Anexo I

Definições

1. "Acordos de Parcelamento" significam os acordos celebrados, expressa ou tacitamente, entre os Contribuintes e o Cedente, tendo por objeto a confissão e o reconhecimento da obrigação do Contribuinte, de pagar ao Cedente, débito relativo relativamente ao ICMS, em conformidade com as Leis Estaduais.
2. "Administradora" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Seis do Regulamento;
3. "Agência Classificadora de Risco" significa a Fitch Ratings Brasil Ltda. ou sua sucessora contratada nos termos deste Prospecto;
4. "Agente" significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
5. "Agente Centralizador" significa o BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itausa, inscrita no CGC/MF sob nº 60.701.190/0001-04, instituição financeira contratada pelo Cedente para a prestação serviços financeiros, de conformidade com o contrato firmado em 21 de agosto de 2001, renovado em 05 de abril de 2004, com vigência até 31 de dezembro de 2010;
6. "Agente Escriturador" significa o BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itausa, inscrita no CGC/MF sob nº

60.701.190/0001-04, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Prospecto e do Contrato de Escrituração;

7. "Alocação de Investimento Mínima" significa a fração calculada diariamente pelo Custodiante cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, observado o disposto no inciso X do Capítulo Dez do Regulamento (Exemplo: Se Alocação de Investimento Mínima for 0,50, então Alocação de Investimento Mínima = 50%);
8. "Amortização Programada" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Onze do Regulamento;
9. "Anexo" significa os anexos ao presente Prospecto, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
10. "Aprovação Consensual" significa as deliberações consensuais tomadas em Assembléia Geral, por titulares de Quotas Sênior e por titulares de Quotas Subordinadas;
11. "Assembléia Geral" significa as assembléias gerais, ordinárias e extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Prospecto
12. "Aviso de Desenquadramento" significa o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo II deste Prospecto, e por esta enviado ao Cedente, por meio do qual o Fundo solicita que o Cedente informe se pretende proceder ao reenquadramento dos índices referidos no inciso X do Capítulo Dez do Regulamento;

13. "Bacen" significa o Banco Central do Brasil;
14. "Base de Dados do Fundo" significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo as informações constantes e de acordo com os modelos de relatório definido no Anexo III;
15. "Capítulo" significa cada um dos capítulos do Regulamento;
16. "Cedente" significa o Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, sediada na Avenida Vereador José Monteiro nº 2.233, Complexo Fazendário Meia Ponte, no Setor Nova Vila, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 014.409.655/0001-80, representada pelo Secretário de Estado, Oton Nascimento Júnior, CPF/MF 081.350.101-68 e pelo Procurador-Geral do Estado, João Furtado de Mendonça Neto, CPF/MF nº 292.108.101-63;
17. "CETIP" significa a Câmara de Custódia e Liquidação;
18. "Circulação" significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Prospecto, e não integralmente amortizadas ou resgatadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Prospecto;
19. "CNPJ/MF" significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
20. "Conta Corrente de Créditos a Conciliar" significa a conta corrente em nome do Fundo, na Agência No. 2001, Conta Corrente No. 54.699-9 do Custodiante;

21. "Conta Corrente do Cedente" significa a conta corrente de titularidade do Cedente na agência No. 4399, Conta Corrente No. 60.003-2, do Banco Itaú S.A.;
22. "Conta Movimento do Fundo" significa a conta corrente de titularidade do Fundo na Agência No. 2001, Conta Corrente No. 54.695-7 do Custodiante;
23. "Conta de Amortização e Resgate" significa a conta corrente de titularidade do Fundo, na Agência No. 2001, Conta Corrente No. 54.698-1, do Custodiante;
24. "Conta de Depósito" significa, em conjunto ou isoladamente, a Conta Corrente de Créditos a Conciliar, a Conta Movimento do Fundo e a Conta de Amortização e Resgate;
25. "Contrato de Cessão" significa o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente, com interveniência do Custodiante;
26. "Contrato de Custódia" significa o "Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia e Liquidação Financeira de Ativos e Custódia Física de Documentos e Outros Pactos" celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência do Cedente;
27. "Contrato de Escrituração" significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas" a ser celebrado entre a Administradora e o Agente Escriturador e suas alterações posteriores;

28. "Contrato de Gestão" significa o "Contrato de Gestão e Outras Avenças" que vier a ser celebrado entre a Administradora com Pessoa legalmente autorizada a exercer atividades de gestão de fundos;
29. "Convênio de Cobrança" significa o Convênio de Cobrança celebrado entre Cedente, Administradora na qualidade de representante legal do Fundo e Agente Centralizador.
30. "Contribuinte" significa toda pessoa física ou jurídica, devedora de ICMS, que tenha celebrado Acordo de Parcelamento com o Cedente, nos termos das Leis Estaduais.
31. "COSIF" significa Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Banco Central do Brasil;
32. "Critérios de Elegibilidade" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Cinco do Regulamento;
33. "Custodiante" significa o BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Itausa, inscrita no CGC/MF sob nº 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Prospecto e do Contrato de Custódia;
34. "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
35. "Data de Amortização" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Onze do Regulamento;
36. "Data de Aquisição" significa a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente, em moeda

corrente nacional ou quando ocorre o lançamento, pela Administradora, de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do Cedente, em razão de sua integralização por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos deste Prospecto, observado o disposto na Cláusula Seis do Contrato de Cessão;

37. "Data de Disponibilização" significa o 2ª dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização;
38. "Data de Emissão" significa a data em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme o caso, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo nos termos do inciso I do Capítulo Dez do Regulamento, o qual deverá ser, necessariamente, um "dia útil";
39. "Data de Vencimento Original" significa a data de vencimento de cada Direito Creditório, identificada no respectivo Layout;
40. "Data de Verificação" significa o 15º (décimo quinto) dia de cada mês calendário ou o primeiro dia útil subsequente, se não dia útil;
41. "Dia Útil" significa qualquer dia que haja expediente bancário regular em âmbito nacional;
42. "Direito Creditório" significa o produto do adimplemento dos Acordos de Parcelamentos de ICMS celebrados entre os Contribuintes e o Cedente, nos termos das Leis Estaduais, bem como de suas respectivas alterações, e cuja cobrança será efetuada através da emissão periódica de boletos de cobrança emitidos pelo Cedente;

43. "Direito Creditório Adimplente" significa qualquer Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Inadimplente;
44. "Direito Creditório Elegível" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Cinco do Regulamento;
45. "Direito Creditório Inadimplente" significa qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo vencido e não pago por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias contado de sua Data de Vencimento Original;
46. "Diretor Designado" significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas a esse;
47. "Distribuição" significa cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM;
48. "Documentos Comprobatórios" significa todo e qualquer documento físico ou eletrônico, relativo aos Acordos de Parcelamento ou aos Direitos Creditórios ou aos Outros Ativos;
49. "Documentos da Securitização" significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia, o Contrato de Escrituração e o Convênio de Cobrança;
50. "Empresa de Auditoria" significa KPMG Auditores Independentes S/C Ltda., sociedade com sede na cidade do rio de Janeiro, Estado do Rio de

Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n. 52, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;

51. "Eventos de Amortização Antecipada" tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Capítulo Dezoito do Regulamento;
52. "Eventos de Avaliação" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Dezoito do Regulamento;
53. "Eventos de Resilição" significa os eventos previstos na Cláusula Treze do Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas previstos nos incisos V e seguintes do Capítulo Dezoito do Regulamento;
54. "Eventos de Revisão" significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos previstos nos incisos V e seguintes do Capítulo Dezoito do Regulamento;
55. "Índice de Liquidez" significa o resultado da fração, apurada pelo Custodiante na Data de Verificação imediatamente anterior a cada próxima Data de Amortização, cujo numerador é equivalente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo com liquidez e/ou data de vencimento até o 2º (segundo) dia útil imediatamente anterior à próxima Data de Amortização, e o denominador é igual ao Valor Futuro Estimado referente à próxima Amortização Programada;
56. "Instituições Autorizadas" significa as seguintes instituições: (i) que tenham classificação de risco, conferida pela mesma agência classificadora contratada pelo Fundo, equivalente ou superior à da classificação das quotas Sênior do

Fundo, ou (ii) outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas;

57. "Instrução CVM" significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;

58. "Investidor Qualificado" significa a Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004;

59. "ICMS" significa Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

60. "Leis Estaduais" significa as Leis Estaduais nº14.427 de 19/05/2003, nº 14.679 de 12/01/2004, nº14.903 de 03/08/2004 e 15.012 de 23/11/2004.

61. "Montante Mínimo" tem o significado que lhe é atribuído na alínea "c" do inciso II do Capítulo Onze do Regulamento;

62. "Outros Ativos" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Quatro do Regulamento;

63. "Patrimônio Líquido" significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento;

64. "Pessoa" significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;

65. "Prazo de Vigência" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Dois do Regulamento;

66. "Preço de Aquisição" significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis liquidado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor nominal dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Cessão;
67. "Procedimentos de Cobrança" significa os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, definidos no Anexo V deste Prospecto, sob responsabilidade do Cedente, Agente Centralizador e Custodiante;
68. "Programa de Securitização" significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Cedente cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;
69. "Prospecto" significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM;
70. "Quota" significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
71. "Quota Sênior" tem o significado que lhe é atribuído nos incisos I e IV do Capítulo Nove do Regulamento;
72. "Quotas Subordinadas" tem o significado que lhe é atribuído nos incisos II e VIII do Capítulo Nove do Regulamento;
73. "Quotista" significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;

74. "Razão de Garantia" significa a fração, calculada diariamente pelo Custodiante a partir da 1ª Data de Aquisição, cujo numerador é igual ao somatório do valor atualizado do valor das Quotas Subordinadas, calculado de conformidade com os procedimentos definidos na alínea "c" do inciso VIII do Capítulo Nove do Regulamento e o denominador o valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
75. "Rede Arrecadadora" significa as instituições conveniadas com o Cedente para proceder a arrecadação de tributos e outras receitas públicas, bem como o recebimento dos Direitos Creditórios;
76. "Reserva de Pagamento" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Doze do Regulamento;
77. "Secretaria de Fazenda" significa a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás;
78. "SELIC" significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
79. "SISBACEN" significa o Sistema de Informações do Bacen;
80. "Taxa de Administração" tem o significado que lhe é atribuído no item "Taxas" deste Prospecto;
81. "Termo de Adesão ao Regulamento" significa o documento preparado sob a forma do Anexo VI do Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
82. "Valor Futuro Estimado" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Doze do Regulamento; e

83. "Valor Referencial" o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Vinte do Regulamento.

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Goiás I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios"

REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Goiás I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios"

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Sênior. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Sênior constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas.

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Goiás I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios"

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO

Anexo V
Procedimentos de Cobrança

Este Anexo V descreve de forma completa os procedimentos e etapas de cobrança dos Direitos Creditórios desde o momento da celebração do Acordo de Parcelamento entre o Contribuinte e o Cedente, de conformidade com as Leis Estaduais, até o efetivo recebimento pelo Fundo dos valores pagos pelo Contribuinte.

ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do "Prospecto da 1ª Distribuição de Quotas do Goiás I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios"

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Anexo VII
Relatório de Classificação de Risco do Fundo